

**MAPEAMENTO DAS QUESTÕES SOBRE LICENCIAMENTO AMBIENTAL, DEMANDADAS
POR MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO SUL AO ÓRGÃO ESTADUAL DE
MEIO AMBIENTE, NO PERÍODO DE 2006 A 2011**

Karen Adriana Machado^{1,2} e Kátia Helena Lipp Nissinen¹ (orient.)

¹Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luis Roessler; ²Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – Campus Porto Alegre; kvckaren@hotmail.com; katiahn@fepam.rs.gov.br.

As ações descentralizadas na gestão ambiental do estado do Rio Grande do Sul vêm sendo desenvolvidas há cerca de 15 anos pela Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luis Roessler – FEPAM. Com a criação da Secretaria Estadual do Meio Ambiente – SEMA, a partir de 2000, esforços foram direcionados para a ampliação do número de municípios habilitados ao licenciamento ambiental local, junto ao Conselho Estadual de Meio Ambiente – CONSEMA, e integrados ao Sistema Estadual de Meio Ambiente - SISEPRA. Contribuindo para o fortalecimento do SISEPRA, a FEPAM instituiu o Programa de Assessoramento aos Municípios – PAM, para atuar na interface das relações FEPAM-Municípios, através de um assessoramento técnico colaborativo. O PAM tem recebido um grande número de demandas com relação ao licenciamento e demais instrumentos de gestão ambiental municipal, através do endereço de correio eletrônico municipios@fepam.rs.gov.br. Considerando essa situação, o presente estudo objetivou identificar, classificar, quantificar e analisar tais questões recebidas via *e-mail*. Um total de 1.167 mensagens, recebidas do início de 2006 até o final de 2011, foram agrupadas e quantificadas por assunto, atividade, município e ano. Os resultados revelaram uma carência de informações dos órgãos ambientais de muitos municípios. Observou-se um aumento das questões recebidas ao longo do período pesquisado. Nesses seis anos, as questões sobre procedimentos, normas e critérios técnicos para o exercício do licenciamento local foram as mais numerosas (386; 29,7%), seguindo-se as questões sobre saneamento básico (147; 11,3%) e indústria (111; 8,5%). No ano de 2011, houve um considerável aumento de questões sobre as atividades que são isentas de licenciamento pelo Órgão Estadual e do número de denúncias. Esse cenário, indicado por todos os dados contabilizados, evidencia a necessidade de uma estrutura mais organizada e integrada nos órgãos ambientais municipais, associada à contínua capacitação de pessoal. Pretende-se aprofundar a análise daquelas dificuldades mais frequentes, com uma discussão no contexto da evolução da gestão ambiental. Espera-se que este estudo possa contribuir para o delineamento de manuais de referência e programas de capacitação.

(Apoio CNPq/ FEPAM)